



**MULHERES &
TRABALHO:
ATUAÇÃO E
PROTAGONISMO NO
JUDICIÁRIO
TRABALHISTA**

MULHERES & TRABALHO: PERSPECTIVAS FEMININAS NO JUDICIÁRIO TRABALHISTA

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março), do Dia do Trabalhador (1º de maio) e do Dia Nacional da Memória do Poder Judiciário (10 de maio), o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região vem por meio de seu Centro de Memória apresentar a exposição: “Mulheres & Trabalho: Atuação e Protagonismo no Judiciário Trabalhista”. Nessa jornada única, mergulharemos na história das mulheres que deixaram uma marca indelével no campo do direito trabalhista, demonstrando sua força, habilidade e dedicação.

Ao longo dos anos, o papel das mulheres no Judiciário Trabalhista tem se expandido e evoluído. A exposição que agora temos diante de nós é uma celebração dessas notáveis conquistas e um tributo a

todas as mulheres que desafiaram as limitações sociais, enfrentaram adversidades e se destacaram em um ambiente historicamente dominado pelos homens.

Exploraremos as vidas e as carreiras de mulheres visionárias que abriram caminho para as gerações futuras e protagonizaram no âmbito do Judiciário Trabalhista, quer no cenário nacional, quer no âmbito do TRT-18, a saber: Rosa Maria Pires Weber - Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministras, Desembargadoras, Juízas, Procuradoras do Trabalho, Servidoras e Advogadas Trabalhistas, ativas ou inativas que serão homenageadas, observados os critérios de antiguidade, protagonismo e mérito, entre as quais foram indicadas pela Comissão do Comitê de Documentação e Memória.

Por meio de documentos históricos, fotografias cativantes e relatos emocionantes, teremos a inestimável oportunidade de mergulhar nas trajetórias inspiradoras dessas mulheres corajosas.

Ao analisarmos suas jornadas, seremos testemunhas dos desafios superados, das vitórias conquistadas e das mudanças poderosas que elas impulsionaram no sistema judiciário. Suas histórias são uma prova irrefutável do poder transformador que as mulheres possuem quando são proporcionadas oportunidades e incentivadas a alcançar seu pleno potencial.

Prepare-se para ser inspirado(a) por suas conquistas extraordinárias e pela determinação inabalável que elas demonstraram ao garantir direitos e justiça para os trabalhadores.

Abrace essa jornada de descoberta e inspiração, e permita que a história dessas mulheres extraordinárias inspire você a buscar seus próprios sonhos e a contribuir para um mundo onde todas as pessoas, independentemente de seu gênero, tenham a oportunidade de atuar e se destacar em suas carreiras.

Desfrute desta exposição que honra as mulheres que escreveram e continuam a escrever a história do Judiciário Trabalhista com coragem, paixão e compromisso.

Sejam bem-vindos a essa incrível jornada de empoderamento e transformação!



Acesse o QR-code para assistir a entrevista concedida pela servidora Elisa de Macedo ao Programa de História Oral do TRT-18.



Nos cargos efetivos e nos postos de gestão do Judiciário trabalhista, as mulheres representaram maioria, segundo o Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2019.

Em Goiás, um exemplo desse destaque feminino no Judiciário Trabalhista é a servidora *in memoriam*, Elisa de Macedo, nomeada por Getúlio Vargas, em 16 de agosto de 1945, datilógrafa da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia.

Elisa orgulhava-se quando via as mulheres ocupando os mais diversos postos, pois sentia-se como parte deste contingente sempre crescente. Aposentou-se em 1970. Faleceu em dezembro de 2014, deixando seu legado de amor ao Judiciário Trabalhista Goiano.

Elisa é um belíssimo exemplo da atuação das mulheres na Justiça do Trabalho. A importância das mulheres nos espaços decisórios é uma questão de representatividade. Estar presente nos espaços de poder faz com que vozes silenciadas se façam presentes nos locais de decisão.

Mas onde começou essa história? Cabe destacarmos a variedade de cenários históricos e sociais vivenciados por mulheres para chegar às conquistas atuais.

A MULHER E O TRABALHO: UM RETRATO DO PASSADO

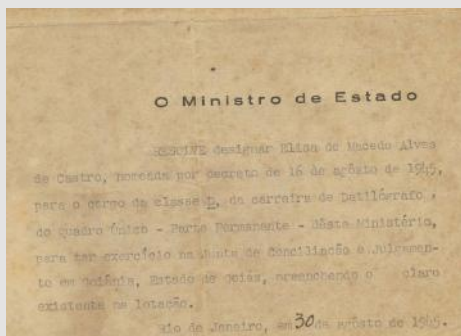
Ao longo da história, o primeiro papel desempenhado pelas mulheres na sociedade foi o de cuidadoras, uma função que infelizmente ainda é estigmatizada nos dias atuais. Por muito tempo, especialmente para as mulheres negras e indígenas, foi negado o direito à educação, à alfabetização, ao estudo e à profissionalização.

Um exemplo emblemático desse cuidado é a figura das amas de leite, cuja prática remonta aos primórdios das sociedades humanas. Desde tempos remotos, surgiu a necessidade de amamentar crianças que não eram biologicamente suas, devido a obstáculos biológicos e questões sociais.

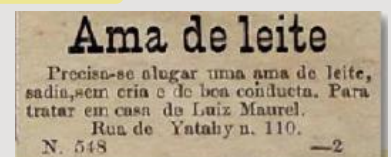
No contexto brasileiro, é importante destacar que foi frequente a amamentação de bebês pertencentes à elite branca por parte de escravas negras, um fenômeno que deu origem ao conceito de "mãe negra".



Mãe Preta é uma escultura de bronze, que retrata uma mulher negra amamentando uma criança branca, localizada no Largo do Paissandú, no Centro Histórico de São Paulo. A obra foi produzida por Júlio Guerra e data de 23 de janeiro 1955.



“Quem crê em si nunca envelhece”
Lema que Elisa carregou em seu coração durante sua trajetória.



Jornal Diário de Pelotas, n. 165, quarta-feira, 26 de julho de 1876. p. 3



A greve teve início em uma fábrica têxtil, em São Paulo, e só depois da adesão de outras categorias passou a ter demandas gerais.

Agitação operária

Apesar da atitude energica da policia, deram-se ainda hontem varias tropelias - A cidade está sem pão, sem carne e sem leite - O comercio conservou fechadas as suas portas - Em consequencia de uma acção conjuncta da Prefeitura com a policia circularam hontem bondes em diversas linhas - A policia de armas embaladas garantiu o transito - Na rua Augusta um grupo atacou um bonde, sendo morto um dos assaltantes - Em varios pontos da cidade travaram-se tiroteios entre os grevistas e a policia, sendo morta uma desventurada criança - Varios teridos

Correio Paulistano de julho de 1917 noticia casos de violência durante a greve

Arquivo Nacional

AS MULHERES E A LUTA POR DIREITOS TRABALHISTAS

No âmbito laboral, as mulheres merecem intenso destaque, pois, mesmo sem liderarem os sindicatos, foram paulatinamente se estabelecendo como pautas relevantes dos movimentos grevistas e direitos como licença-maternidade, auxílio-creche e igualdade salarial.

Um exemplo consolidado dessa luta trabalhista feminina é o terrível incidente datado no dia 8 de março de 1857, em que operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve.

Elas ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como: redução na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada.

Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano. Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem às mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, por meio de um decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

...a vida das mulheres, após uma breve permanência na vida pelos seus grandes exemplos de virtude, morressem no convento para o qual se retirara.

Capa do jornal Cruzeiro do Sul, de 17 de julho de 1917, aborda a greve geral dos operários em Sorocaba.

Mudando a perspectiva para o Brasil, podemos citar a primeira greve geral da história do país. Em 1917, com origem no âmbito da indústria têxtil de São Paulo, e posteriormente se estendendo pelo Rio de Janeiro e Porto Alegre, teve na sua linha de frente mulheres, as quais formavam a maioria da classe trabalhadora. A greve reivindicava melhores condições de trabalho, redução de carga horária exaustiva e fim do trabalho infantil.

Podemos citar outras ocasiões convergentes com o Século XX e XXI, como o Manifesto das 186 senhoras baianas à imperatriz Maria Leopoldina, em 1822.



file:///C:/Users/e602310/AppData/Local/Temp/As mulheres e a independencia do Brasil-1.pdf

Atuando com determinação e politicamente conscientes da força de pressão que poderiam exercer na sociedade que se organizava, grupos expressivos de mulheres elaboraram e assinaram documentos de aplausos em prol de causas públicas e cartas reivindicatórias do direito de participação política, além de fundarem associações políticas exclusivamente femininas em prol da abolição do trabalho escravo e provocarem manifestações de rua na defesa dos seus interesses.

Isso num contexto em que vigorava a imposição de sua atuação apenas no espaço interno da casa e as suas relações sociais eram restritas ao âmbito familiar.

QUEREM AUGMENTO DE SALARIO
Os bondes estão paralisados e o comercio cerrou as suas portas

Capa do jornal Cruzeiro do Sul, de 17 de julho de 1917, aborda a greve geral dos operários em Sorocaba.

O VOTO FEMININO

Em 1932, as mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar por força do movimento sufragista. Assim, podendo ser consideradas cidadãs, avançaram em direção à busca por direitos trabalhistas.



Celina Guimarães Viana foi a primeira eleitora do Brasil. Seu voto foi registrado no dia 05 de abril de 1928, em Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte.

As mulheres conquistaram depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.



Alzira Soriano foi a primeira mulher a tomar posse em um cargo eletivo. Isso aconteceu no Rio Grande do Norte em 1928, sendo empossada como prefeita de Lajes em janeiro de 1929. Ela foi a primeira prefeita no Brasil e na América latina.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO JUDICIÁRIO TRABALHISTA GOIANO

Impossível de se imaginar nos idos de 1939 que chegaria o dia em que a Justiça do Trabalho goiana, então composta por uma Junta de Conciliação e Julgamento onde trabalhavam pouco mais que seis pessoas, estaria a desempenhar sua missão, contribuindo para a pacificação de conflitos sociais.

Atualmente o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18) conta com aproximadamente 87 juízes atuando no primeiro grau, 13 desembargadores que atuam no segundo grau, além de 1.326 servidores efetivos. Entre estes, o TRT-18 se destaca por possuir uma intensa representatividade feminina.

O Conselho Nacional de Justiça, no cumprimento de sua missão institucional, publicou, em 4/9/2018, a Resolução CNJ nº 255 que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Além disso, realizou uma pesquisa no ano de 2019 para relatar o diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário. A coleta de dados compreendeu o histórico de ocupação de cargos como os de Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria, Ouvidoria e Diretoria de Escolas Judiciais, além de contemplar a lista de Desembargadoras e Desembargadores, Juízas e Juízes Titulares, Substitutos e Convocados, bem como de servidoras e servidores.

Em relação aos servidores priorizou-se a identificação da ocupação dos cargos de chefia, além das funções de confiança e cargos em comissões.

Na Justiça do Trabalho, a atuação das magistradas vem aumentando desde 1988, quando a participação feminina era de 37,3%. Durante os últimos dois anos as mulheres representaram 49,4% dos juízes em atividade.

Confira a Imagem 1 para verificar o percentual de magistradas, servidoras e funções no TRT-18. Adicionalmente, confira a Imagem 2 para verificar o Percentual de Magistradas, Servidoras e funções ocupadas por servidoras na Justiça do Trabalho Nacional.

Figura 1
Percentual de magistradas, servidoras e funções no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

JUSTIÇA	TRIBUNAL	% MAGISTRADAS (10 ANOS)	% MAGISTRADA ATIVAS	% MAGISTRADAS EM 1988	% SERVIDORAS	% FUNÇÕES PARA SERVIDORAS	% CARGOS DE CHEFIA PARA SERVIDORAS
Trabalho	TRT18	46%	47%	-	57%	58%	42%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

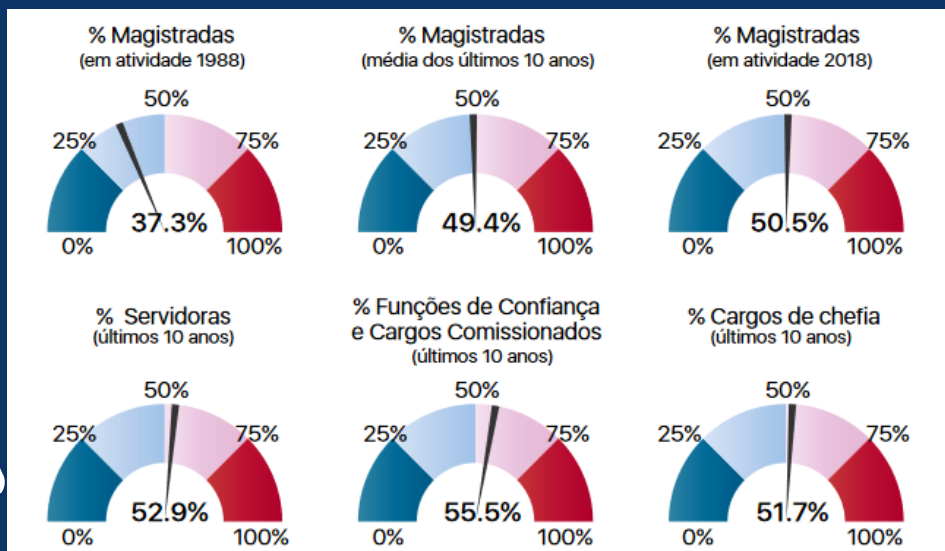


Figura 2

Percentual de Magistradas, Servidoras e funções ocupadas por servidoras na Justiça do Trabalho.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

MULHERES DE DESTAQUE: MINISTRA ROSA MARIA PIRES WEBER



Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF), Rosa Weber.

Rosa Maria Pires Weber nasceu em Porto Alegre, em 2 de outubro de 1948. Aprovada em primeiro lugar em exame vestibular, ingressou em 1967 na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em primeiro lugar, em 1971, como aluna laureada. Foi inspetora do Trabalho do Ministério do Trabalho (DRT/RS), mediante concurso público (1975-76).



Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF), Rosa Weber.

Antes de ser nomeada ministra do STF, Rosa Weber construiu uma carreira sólida e respeitada como magistrada trabalhista. Ingressou na magistratura em 1976, atuando como Juíza do Trabalho em diferentes cidades do Rio Grande do Sul.

Foi promovida por merecimento em agosto de 1991 ao cargo de Juíza Togada do TRT da 4ª Região (o que corresponde ao cargo de Desembargadora Federal do Trabalho). Foi presidente do TRT da 4ª Região no biênio 2001-2003.

Em 21 de fevereiro de 2006 tomou posse como Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Em 2011, Rosa Weber foi indicada pela então presidente Dilma Rousseff para compor o STF, sendo nomeada como ministra. Sua trajetória tem sido marcada por um perfil técnico e dedicado à defesa dos direitos constitucionais. Rosa Weber é reconhecida por sua postura discreta, mas firme, na condução dos julgamentos e na análise das questões jurídicas.

Além da carreira pública, Rosa Weber também exerceu a docência. Entre 1989 e 1990, foi professora da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Lecionava as disciplinas de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.

Foi a primeira Juíza do Trabalho de carreira e a terceira mulher a ocupar o cargo de Ministra do STF — depois de Ellen Gracie Northfleet e Cármen Lúcia Antunes Rocha, ambas também ex-presidentes da corte.

Foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2018 a 2020. Comandou as eleições presidenciais de 2018, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Atualmente é Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil. Ao ser eleita, afirmou agir sempre em defesa da integridade e da soberania da Constituição e do regime democrático.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 18ª Região (GO)

MULHERES DE DESTAQUE: ATUAÇÃO E PROTAGONISMO NO JUDICIÁRIO TRABALHISTA GOIANO



MAGISTRADAS PIONEIRAS DO TRT-18

Alba-Luza Guimarães de Mello, Ana Márcia Braga Lima, Míriam Lúcia Costa Soares e Dora Maria da Costa foram as primeiras magistradas a integrar a 18ª Região da Justiça do Trabalho, em 16/11/1990. Oriundas do TRT da 10ª Região (Brasília e Tocantins), essas juízas optaram por fixar-se na jurisdição da recém-fundada Corte, instituída pela Lei nº 7.873/89, contribuindo para sua instalação e composição.

Alba-Luza Guimarães de Mello

Alba-Luza Guimarães de Mello ingressou na magistratura em 5 de outubro de 1983, como Juíza Substituta, época em que o Estado de Goiás e os demais Estados do Centro-Oeste pertenciam à jurisdição do TRT de Brasília (10ª Região). Em 25 de maio de 1987 foi promovida, pelo critério de antiguidade, a Juíza-Presidente da então Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), hoje Vara do Trabalho de Rondonópolis (MT). No mesmo ano, em 6 de novembro, foi removida a pedido para a JCJ de Catalão. Quando o TRT de Goiás (18ª Região) foi instalado, em novembro de 1990, foi promovida por merecimento ao cargo de Juíza de Segunda Instância e ajudou a instalar e a compor o Tribunal Pleno da 18ª Região. A Desembargadora assumiu o cargo de vice-presidente do TRT entre os anos de 1997 a 1999. Em 29 de janeiro de 1999 assumiu a Presidência do TRT para um mandato de dois anos, concluído em janeiro de 2001. Quando o TRT da 18ª Região foi instalado, ela era a única representante do sexo feminino na composição do TRT goiano. Foi a primeira mulher a presidir um órgão do Judiciário no Estado de Goiás. Faleceu aos 61 anos de idade, no dia 15 de setembro de 2008.



Ana Márcia Braga Lima

Ana Márcia Braga Lima é natural do Rio de Janeiro (RJ), nasceu em 9 de junho de 1949. Em dezembro de 1980, foi aprovada em concurso público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto em Curitiba/PR, realizou novo concurso dessa vez em Brasília. E em 15 de maio de 1986, tomou posse naquela capital para o cargo de Juíza Substituta do Trabalho. Quando o TRT da 18ª Região foi instalado a Juíza Ana Márcia Braga Lima optou pela fixação na jurisdição da 18ª Região. Tendo sido nomeada em 16/11/1990. Como juíza da 18ª Região presidiu a 1ª e a 7ª JCJ's de Goiânia, sendo que nesse Ínterim a magistrada foi por diversas vezes convocada para compor o Tribunal Pleno. Também foi diretora do Foro Trabalhista de Goiânia (GO). Se aposentou em 19 de abril de 1999.



Miriam Lúcia Costa Soares

Miriam Lúcia Costa Soares é natural de Bom Sucesso (MG), nasceu em 1º de maio de 1947. Ingressou na magistratura por meio de concurso público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, pela 10ª Região Brasília (DF). Quando o TRT da 18ª Região foi instalado, em 30 de novembro de 1990, Míriam Lúcia Costa Soares optou pela fixação na jurisdição na 18ª Região, tendo sido nomeada em 16/11/1990, pelo critério de antiguidade ao cargo de Juíza de Primeira Instância. Em sua trajetória como magistrada, assumiu a titularidade das seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento: JCJ de Corumbá (MS), 5ª JCJ de Goiânia, JCJ de Luziânia, JCJ de Goiás (GO) e JCJ de Catalão (GO). Por fim, foi removida para a JCJ de São Luís de Montes Belos em setembro de 1994, onde permaneceu até sua aposentadoria.



Dora Maria da Costa

Dora Maria da Costa nasceu em Dores do Indaiá (MG), ingressou na Justiça do Trabalho, por concurso público, no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) em 1979, como auxiliar judiciário, sendo promovida a técnico judiciário. Como servidora, foi assessora de juiz e diretora do Serviço de Documentação, Legislação e Jurisprudência. Em 1987, ingressou na magistratura trabalhista no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal/Tocantins). Quando o TRT da 18ª Região foi instalado, optou pela fixação na jurisdição da 18ª Região. Foi promovida a Juíza do TRT-18, órgão que presidiu no biênio 2005/2007. Em 2003 e 2004, atuou como Juíza Convocada no Tribunal Superior do Trabalho, ao qual retornou em março de 2007 como Juíza Substituta na vaga aberta com a aposentadoria do Ministro Ronaldo Lopes Leal. Em 17 de maio de 2007, foi empossada como Ministra do TST, em vaga destinada à carreira da magistratura, passando a compor a Primeira Turma.



MULHERES DE DESTAQUE DO TRT-18: MINISTRA DORA MARIA DA COSTA



Acesse o QR-code para assistir a entrevista concedida pela Ministra Dora Maria da Costa ao Programa de História Oral do TRT-18.



Dora Maria da Costa, uma mineira de origem humilde e rural, terceira na ordem de nove irmãos, nasceu numa pequena fazenda no município de Dolores do Indaiá em Minas Gerais, no dia 28 de março. Ali, naquele pequeno pedaço de terra, já na adolescência, em suas férias escolares, plantava feijão, arroz, colhia milho e puxava carro de boi.

Menciona a música de Daniel “Reino Encantado”, a qual retrata bem a sua vida naquele lugarejo quando desempenhava essa tarefa puxando um carro de boi.

De estatura pequena, porém muito determinada, a única coisa que sabia era que queria estudar. Sua mãe, uma mulher simples, porém sábia, via nos estudos a única forma de mudar a sorte dos seus filhos. Sempre quis que eles estudassem, ao contrário de seu pai, que sempre levou os filhos para a lida na roça.

Seu interesse pela carreira jurídica se deu quando, em uma ocasião, voltando do colégio onde fazia o ginásio, havia um julgamento na cidade por morte, que trouxe muita perplexidade àquele lugar. A rua do Fórum foi fechada e Dora queria muito assistir o julgamento, porém foi impedida, tinha somente 13 anos. Inconformada, prometeu pra si mesma que um dia seria uma advogada.

Em 1979, formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Em seu último ano e trabalhando num laboratório de produtos farmacêuticos, abriu o jornal e viu o anúncio de um concurso público para o TRT 3ª Região. Decidiu arriscar e no mesmo ano foi aprovada para o cargo de auxiliar judiciário, sendo mais tarde promovida a técnico judiciário.

Em 1987, ingressou na magistratura trabalhista como Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal/Tocantins). Entre 1988 e 2002, presidiu JCs na 10ª e 18ª Região, até ser promovida a Juíza Togada do TRT-18 em 2002 (atual cargo de Desembargadora).

Coroada por uma carreira brilhante foi empossada em 2007 como Ministra do TST, em vaga destinada à carreira da magistratura.

No biênio 2014/2016, foi Conselheira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e eleita para a diretoria da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) para o biênio 2020/2022.

No período de fevereiro a outubro de 2022, foi Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Em 13 de outubro de 2022, tomou posse como Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho para o biênio 2022/2024.



Ministra Dora Maria da Costa, Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

MULHERES DE DESTAQUE DO TRT-18: MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES



Delaíde Alves Miranda Arantes, natural de Pontalina, Estado de Goiás, nasceu em 1º de maio de 1952. Aos 14 anos deixou a zona rural de Pontalina, no interior de Goiás, e passou a trabalhar como empregada doméstica na cidade para poder estudar.

A decisão partiu dela mesma, que até então ajudava os pais no trato com as pequenas lavouras. Por dois anos Delaíde se dividiu entre os cadernos e o escovão de aço da residência de uma professora em troca de menos de um salário mínimo.

Acesse o QR-code para assistir a entrevista concedida pela Ministra Delaíde Arantes ao Programa de História Oral do TRT-18.



Em entrevista ao Programa de História Oral do TRT-18, relatou que seu trabalho era mais um suporte para os estudos, uma vez que sua família possuía sérias dificuldades financeiras. Segundo ela, não fazia o serviço todo da casa, assim conseguia conciliar com os estudos. Diz ela que possui apenas boas lembranças desse período.

Delaíde ingressou na Faculdade de Direito aos 23 anos. Até se formar, quatro anos depois, trabalhava de dia e estudava à noite. Meses antes de colar grau, pediu demissão e começou a estagiar em um escritório de advocacia trabalhista. A indicação veio de um professor que fez uma consulta aos alunos em sala de aula.

A vivência, os casos que acompanhou e a possibilidade de conciliar o trabalho com a criação das duas filhas fizeram com que ela tomasse gosto pela área. Dois anos depois, ela tornou-se sócia do escritório. Ao todo, Delaíde passou 30 anos advogando.

Foi Diretora Secretária da OAB/GO e Conselheira Seccional, Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho – IGT (do qual é sócia fundadora).

Foi vice-presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB - GO e a primeira presidente mulher da AGATRA – Associação Goiana de Advogados Trabalhistas e Conselheira da ABRAT – Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, vice-presidente da ABMCJ – Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica e membro do CONEM/GO, Conselho Estadual da Mulher do Estado de Goiás.

A indicação para o cargo no TST foi feita pela Ordem dos Advogados do Brasil no começo de 2011, em eleição plurinominal em todas as seccionais da OAB no Brasil.

Em 1º de março de 2011, tomou posse no Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministra, em vaga destinada à Advocacia.



Ministra Delaíde Alves Miranda do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

MULHERES DE DESTAQUE DO TRT-18: IALBA-LUZA GUIMARAES DE MELLO



Desembargadora Ialba-luza (in memoriam).

Ialba-Luza Guimarães de Mello, natural de Goiânia-GO, nasceu no dia 20 de agosto de 1947. Se formou bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás em 1970. Foi aprovada no concurso para Juiz do Trabalho Substituto e ingressou como Magistrada em 5 de outubro de 1983, na época em que o Estado de Goiás e os demais estados do Centro-Oeste pertenciam à jurisdição do TRT de Brasília, a 10ª Região.

O período em que a Desembargadora Ialba-Luza presidiu o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no biênio 1999/2001, coincidiu com o aprofundamento e acirramento das discussões acerca da reforma do Poder Judiciário brasileiro, cujo início remonta a 29 de março de 1992.

A Desembargadora Ialba-Luza, na condição de Presidente do Tribunal, exerceu relevante papel na luta em defesa da manutenção deste especial ramo do Judiciário. Sua liderança, seu carisma, seu entusiasmo e seu aguerrido espírito de luta mobilizaram e conquistaram o engajamento de Goiás naquela que hoje pode ser considerada uma verdadeira cruzada em defesa da Justiça do Trabalho, envolvendo magistrados, servidores, advogados e representantes da sociedade civil de Goiás.

Liderou a marcha a Brasília em defesa da não-extinção da Justiça do Trabalho. Nesse período turbulento, ela organizou caravanas à capital federal reunindo as lideranças religiosas e políticas, os meios de comunicação em geral e realizou várias sessões públicas para envolver a população.

Durante sua gestão, foram realizadas várias ações, dentre elas a instalação da Ouvidoria objetivando cidadania e transparência, a criação da Unidade Centralizadora de Recursos e Distribuição e a criação do Centro de Memória deste Tribunal, em novembro de 2000.

Faleceu aos 61 anos de idade, no dia 15 de setembro de 2008.

Entre tantos feitos, Ialba-Luza se eternizou na história do TRT-18, atualmente seu nome homenageia um dos principais prédios do Complexo Trabalhista



Desembargadora Ialba-Luza Guimarães de Mello (in memoriam) do TRT-18.



Frente Popular em Defesa da Justiça do Trabalho de Goiás em Brasília liderada pela Desembargadora Ialba-luza.

MULHERES DE DESTAQUE DO TRT-18: KATHIA MARIA BOMTEMPO DE ALBUQUERQUE

K

athia Maria Bomtempo de Albuquerque, curitibana de nascimento, fez-se paulistana por razões familiares e acadêmicas. Em São Paulo formou-se em Direito pela tradicional

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas. Tornou-se goianiense por amor e devoção, adotando Goiânia para viver, definitivamente, desde 1991.

Quando criança e adolescente, incentivada pelos seus pais preocupados com sua formação humana, fez balé, dança, piano e estudou vários idiomas, chegando a morar por um tempo na Grécia.



Acesse o QR-code para assistir a entrevista concedida pela Desora. Kathia Maria ao Programa de História Oral do TRT-18.



Como toda mulher moderna, desempenha várias funções: mãe, magistrada, filha, dona de casa, amiga, companheira, e diante dessa multiplicidade de tarefas, muitas vezes, passa a madrugada examinando seus votos.

Acredita que sua melhor qualidade seja dar o melhor de si em tudo que faz. Trata-se, sobretudo, de uma mulher forte, intensa, determinada e ágil em suas decisões e atividades profissionais. A sua carreira na justiça trabalhista teve forte influência do pai, Ildeu Lara de Albuquerque (in memoriam), Magistrado do TRT de São Paulo. Ele a influenciou tanto na sua formação acadêmica como na trajetória profissional.

Sua carreira judiciária começou no ano de 1983, quando ela ingressou no TRT de São Paulo no cargo efetivo de atendente judiciário. No ano seguinte foi exonerada a pedido para atuar como advogada da empresa TRANSFREER de 1985 a 1989. Não muito tempo depois, a magistrada se desvinculou da OAB/SP para tomar posse como Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 10ª Região.

Em 1991, teve seu cargo aproveitado no quadro de Juízes do Trabalho Substitutos da 18ª Região. Na época, Goiás fazia parte da jurisdição do TRT da 10ª Região, junto com o Distrito Federal e os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Após atuar em diversas Juntas de Conciliação e Julgamento como Juíza Substituta, em 1992 passou a ser titular da então JCJ de Catalão, tendo sido removida no mesmo ano para a 6ª JCJ de Goiânia, onde permaneceu até 2002, quando foi nomeada por Decreto Presidencial para o cargo de Juíza Togada (atual cargo de Desembargadora).

Foi Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no biênio de 31/01/2003 a 28/01/2005.

Diretora da Escola Judicial da 18ª Região, no biênio 2015/2017.

É a atual Ouvidora do TRT-18 no biênio 2023-2025.



Desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque do TRT-18.

MULHERES DE DESTAQUE DO TRT-18: ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA



E

lza Cândida da Silveira, nasceu em Sacramento, no interior de Minas Gerais. Bacharelou-se em Direito (1972) pela Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), especialista em Direito do

Trabalho e Direito Processual do Trabalho, Direito Empresarial e Direito Processual Civil pela Faculdade Anhanguera - Centro Universitário Goiás.

Foi professora em São Paulo de 1966 a 1968. Assistente de diretoria financeira de empresa privada em São Paulo de 1969 a 1973, além de advogar em empresa privada em São Paulo de 1973 a 1975. A partir de 1975

Acesse o QR-code para assistir a entrevista concedida pela Desora. Elza Cândida ao Programa de História Oral do TRT-18.



até 1992 exerceu o ofício de Auditora Fiscal do Trabalho na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em São Paulo.

Com um forte laço emocional com o irmão, Elza não poupa lágrimas ao falar de sua maior inspiração para a magistratura. Seguindo seu caminho, foi Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 18ª Região, de fevereiro/1992 a dezembro/1993.

Em 1994 assumiu a titularidade da Vara do Trabalho de Itumbiara. É Diretora Social do Núcleo de Amparo aos Carentes Mansão da Esperança desde 1993. Agraciada com a comenda Ordem Anhanguera do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Comendador, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em novembro de 2005.

Desembargadora Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região a partir de 14 de janeiro de 2009, promovida por merecimento.

Foi empossada no cargo de Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em janeiro de 2013.

Grã Mestra da Ordem Anhanguera do Mérito Judiciário do Trabalho - março/2009. Homenageada pela Associação Brasileira das Mulheres da Carreira Jurídica do Estado de Goiás - Destaque Jurídico - ABMCJ/GO/ ano 2009.

Agraciada com a Medalha de Ordem do Mérito Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Goiás em julho de 2010. Vice-Presidente do COLEPRECOR (Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho) no período de novembro/2014 a novembro/2015.

Se aposentou em 2018.

Elza, em entrevista concedida ao Programa de História Oral do TRT-18, salientou a felicidade de ter atuado no Tribunal e da satisfação dos servidores com quem trabalhou, principalmente na época em que foi juíza da 8ª Vara do Trabalho de Goiânia (GO), um dos momentos mais marcantes de sua vida, reiterou o contentamento em ter feito parte da história da 18ª Região.



Desembargadora Elza Cândida do TRT-18.

MULHERES DE DESTAQUE DO TRT-18: IARA TEIXEIRA RIOS

Iara Rios nasceu no dia 18 de junho de 1971, na cidade de Goiânia, Goiás. É a filha caçula de uma professora primária e um Juiz de Direito da cidade de Jussara, local onde morou até os 3 anos de idade.

Posteriormente mudou-se para Inhumas, onde também residiu até os 11 anos em função da remoção de seu pai. Iara é casada e mãe de dois filhos.

Com uma família estruturada economicamente e com o apoio de seus pais, pôde dedicar-se exclusivamente aos estudos, não sendo necessário trabalhar durante sua infância e adolescência. Sabia apenas que qualquer conquista seria oriunda de muito estudo.



Desembargadora Iara Teixeira Rios do TRT-18.



Acesse o QR-code para assistir a entrevista concedida pela Desembargadora Iara Rios ao Programa de História Oral do TRT-18.



Sempre muito focada e amante da leitura, cresceu vendo seu pai atrás de uma mesa, dedilhando sobre uma máquina de datilografia, trabalhando nos seus processos. Recorda-se que teve uma infância saudável, cheia de fantasias e alegrias. A permissão de poder criar, imaginar e viver descobertas ajudaram a se tornar hoje uma mulher confiante e segura de si. Sua dedicação aos estudos a permitiram exercer hoje um cargo de relevância, que a faz sentir-se realizada por poder contribuir com a sociedade.

Admirava a profissão de seu pai. Por volta de 16 e 17 anos, se espelhou nele para decidir pela área jurídica. Foi aprovada no vestibular de Direito na Universidade Federal de Goiás, o qual conciliou por três anos com o curso de História pela antiga Universidade Católica de Goiás.

Aos 22 anos, no quarto ano de faculdade, foi aprovada numa seleção para estagiária do Ministério Público do Trabalho. Ali trabalhando com o Procurador do Trabalho Edson Braz, se identificou com as atividades que exercia e isso foi determinante para pleitear carreira no Ministério Público do Trabalho.

Embora tenha exercido a advocacia assim que se formou, seu objetivo sempre foi o concurso público para Procuradora do Ministério Público do Trabalho ou a Magistratura. Com esse propósito, estudava em média de 10 a 12 horas por dia. Aprovada nos seguintes concursos:

- Concurso Público para o cargo de Procurador do Estado de Goiás em 1996;
- Concurso Público para o cargo de Técnico Processual área fim do Ministério Público da União em 1996;
- Concurso Público para o cargo de Advogado da Telegoiás em 1996;
- Concurso Público para o cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás em 1998;
- Concurso Público para o cargo de Delegado da Polícia Federal em 1998;
- Concurso Público para o cargo de Advogado da União de 2ª Categoria em 1999.

Em 7 julho de 2014, foi nomeada Desembargadora do Trabalho do TRT da 18ª Região pela então Presidenta da República Dilma Rousseff. Foi diretora da Escola Judicial do TRT-18 no biênio 2021/2023.

MULHERES DE DESTAQUE DO TRT-18: SILENE APARECIDA COELHO



Acesse o QR-code para assistir a entrevista concedida pela Desembargadora Silene Coelho ao Programa de História Oral do TRT-18.



S

ilene Aparecida Coelho é natural de Estrela do Sul em Minas Gerais e graduou-se em Direito pela PUC de Goiás em 1983 com especialização em Direito Civil pela Universidade Federal de

Goiás. Ela tomou posse como juíza do Trabalho em 21 de janeiro de 1993 e atuava como juíza convocada do Tribunal desde maio de 2012 até assumir o cargo de desembargadora do trabalho no dia 9 de maio de 2018.



Desembargadora Silene Aparecida Coelho do TRT-18.

Silene foi fiscal de tributos municipais do município de Goiânia, de 1985 a 1987. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) entre agosto de 1983 e dezembro de 1987.

Sua carreira na magistratura iniciou-se em Varas do Trabalho do interior até assumir como Juíza titular da 5ª VT de Goiânia (GO) de janeiro de 1998 a dezembro de 2009.

Após, Juíza titular da 17ª Vara do Trabalho de Goiânia (GO) de janeiro de 2010 a abril de 2012.

Tomou posse administrativa no cargo de Desembargadora do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em 9 de maio de 2018.

Foi eleita por aclamação pelo Tribunal Pleno como a primeira Ouvidora Regional da Justiça do Trabalho em Goiás, em 2022.

Foi Presidente da 3ª Turma de Julgamento do TRT-18.

Se aposentou em maio de 2023.

Concursos realizados:

- Auditor fiscal: aprovada para o cargo de auditor fiscal do Município de Goiânia (GO) em janeiro de 1985;
- Procurador da Fazenda Nacional: aprovada em 3º lugar para o cargo de Procurador da Fazenda Nacional em julho de 1987;
- Procurador Autárquico: aprovada em 25º lugar para Assistente Jurídico das autarquias federais em dezembro de 1988;
- Professor Universitário: aprovada em 3º lugar para o cargo de professor assistente da PUC-GO em dezembro de 1988;
- Juiz do Trabalho: aprovada em 2º lugar para o cargo de Juiz do Trabalho da 18ª Região em janeiro de 1993.



MULHERES DE DESTAQUE DO TRT-18: ROSA NAIR DA SILVA NOGUEIRA REIS



A Desembargadora Rosa Nair no dia de sua Posse Solene.

Rosa Nair da Silva Nogueira Reis é natural de Inhumas em Goiás. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Goiás na Turma de 1986. Pós-graduada em Tutela do Meio Ambiente do Trabalho e Saúde do Trabalhador.

Exerceu a advocacia no período de 1985 a 1989. Servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª e 18ª Região de 1989 a 1993. Juíza Substituta da Vara de São Luís de Montes Belos (GO) e também da 3ª Vara do Trabalho de Goiânia (GO). Como Juíza Titular, assumiu inicialmente

na Vara do Trabalho de Jataí (GO). Adicionalmente, atuou também como Juíza Titular da Vara do Trabalho de Ceres/GO, 1ª Vara do Trabalho de Anápolis/GO e da 3ª, 6ª e 16ª Varas do Trabalho de Goiânia/GO.

Após, foi convocada para atuação no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em sucessivas oportunidades e até a posse como Desembargadora.

Tomou posse administrativa no cargo de Desembargadora do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em 9 de maio de 2018.

Em sua posse, a Desembargadora afirmou que integrar o Tribunal Pleno é uma grande satisfação e, ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade.

“Tendo alcançado êxito para, afinal, tomar posse, a emoção é grande. A responsabilidade, porém, é maior, uma vez que este Tribunal ocupa um lugar de destaque no cenário nacional – referência

da boa e eficaz entrega da prestação jurisdicional – fruto do empenho e do trabalho de todos nós, que, aglutinando experiências e vivências – somando conhecimentos – buscamos sempre emprestar o nosso melhor à sociedade”, concluiu.

A Desembargadora Rosa Nair da Silva Nogueira Reis foi eleita para a presidência da Terceira Turma de Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região para o biênio 2019/2021. A magistrada foi aclamada por unanimidade presidente do colegiado pela segunda vez desde que tomou posse no segundo grau em maio de 2018.

Ademais, a Desembargadora Rosa Nair Reis preside atualmente a Terceira Turma de Julgamento no biênio 2023-2025.



Desembargadora Rosa Nair Reis do TRT-18.

MULHERES DE DESTAQUE DO TRT-18: WANDA LÚCIA RAMOS DA SILVA

W

anda Lúcia Ramos da Silva é natural de Mairipotaba em Goiás. Foi juíza do TRT-18 desde 1993 até a sua nomeação como Desembargadora Federal do Trabalho em 2023.

Integrou o primeiro lugar na lista para promoção ao cargo de desembargadora do Trabalho pelo critério de merecimento.

É graduada em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).



Acesse o QR-code para assistir a entrevista concedida pela Desembargadora Wanda Ramos — enquanto Juíza do Trabalho — ao Programa de História Oral do TRT-18.



Atuou como Juíza Substituta por quatro anos e como titular em varas do trabalho do interior por 10 anos. Em Goiânia, foi juíza titular da 3ª, 7ª e 16ª Varas do Trabalho. Atuou por diversas vezes no segundo grau de jurisdição do TRT-18, sendo que a última convocação ocorreu nos meses de setembro e outubro de 2022. Foi coordenadora pedagógica da Escola Judicial do TRT-18 entre 2015 e 2017 e de 2017 a 2019.

A magistrada integrou o Programa Trabalho Seguro entre 2016 e 2018, a Comissão de Incentivo à Participação Feminina no TRT-18 e o Conselho Deliberativo CEJUSC, além de integrar atualmente o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec) e a Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário no Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

É professora nos cursos de formação inicial e continuada de juízes e servidores em Escolas Judiciais de diversos Tribunais Regionais e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

do Trabalho (Enamat).

É coautora de dois livros na área do Direito e foi agraciada com a menção honrosa na 8ª edição do Prêmio Conciliar é Legal do CNJ, em 2017, na categoria Instrutores em Mediação e Conciliação, pela prática “Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento de Conciliadores e Mediadores Judiciais do TRT-18”.

Foi empossada administrativamente no cargo de Desembargadora do Trabalho em cerimônia realizada no dia 27/03/2023. Segundo a Magistrada, na caminhada que se dispôs a percorrer, com “humildade e disposição”, teve oportunidade de estreitar laços com pessoas comprometidas com um país justo, com uma Justiça Social aberta e acolhedora.



Desembargadora Wanda Lúcia Ramos do TRT-18.

JUÍZAS ATIVAS DE DESTAQUE DO TRT-18

Destacamos algumas Juízas ativas no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), a fim de demonstrar o impacto significativo que elas têm na administração da Justiça Trabalhista. Essas mulheres notáveis dedicam suas carreiras à proteção dos direitos trabalhistas e à garantia da equidade nas relações de trabalho. Expressamos nossa gratidão e reconhecimento por seu compromisso incansável em promover a justiça e tornar o ambiente de trabalho mais justo e inclusivo para todos. Sua dedicação e contribuição são uma fonte de inspiração para gerações futuras.



Juíza Antônia Helena Gomes
Borges Taveira



Juíza Cleuza Gonçalves Lopes



Juíza Fabíola Evangelista
Martins



Juíza Eneida Martins
Pereira de Souza Alencar



Juíza Nara Borges Kaadi Pinto



Juíza Narayana Teixeira
Hannas



Juíza Alciane Margarida de
Carvalho



Juíza Eunice Fernandes de
Castro



Juíza Maria das Graças
Gonçalves Oliveira

JUÍZAS ATIVAS DE DESTAQUE DO TRT-18

TRABALHO
Região (GO)

Destacamos algumas Juízas ativas no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), a fim de demonstrar o impacto significativo que elas têm na administração da Justiça Trabalhista. Essas mulheres notáveis dedicam suas carreiras à proteção dos direitos trabalhistas e à garantia da equidade nas relações de trabalho. Expressamos nossa gratidão e reconhecimento por seu compromisso incansável em promover a justiça e tornar o ambiente de trabalho mais justo e inclusivo para todos. Sua dedicação e contribuição são uma fonte de inspiração para gerações futuras.



Juíza Jeovana Cunha de Faria



Juíza Rosana Rabello Padovani
Messias



Juíza Virgínia Severino dos
Santos



Juíza Rosane Gomes de
Menezes Leite



Juíza Valéria Cristina de Sousa
Silva Elias Ramos



Juíza Samara Moreira de Sousa



Juíza Ceumara de Souza Freitas
e Soares



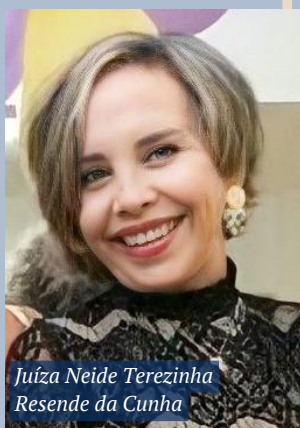
Juíza Fernanda Ferreira



Juíza Viviane Pereira de
Freitas

JUÍZAS INATIVAS DE DESTAQUE DO TRT-18

Destacamos as Juízas inativas do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, a fim de reconhecer e expressar nossa gratidão pelo valioso legado deixado por essas mulheres que dedicaram suas vidas ao serviço da Justiça Trabalhista. Ao longo de suas carreiras, essas Magistradas inativas contribuíram para a construção de um sistema judiciário mais justo e equitativo. Expressamos nossa admiração e respeito por todas as Magistradas inativas do TRT da 18ª Região, por seu trabalho árduo, dedicação e contribuições significativas para a Justiça Trabalhista.



"Não há limite para o que nós, como mulheres, podemos realizar."

(Michelle Obama)

PROCURADORAS DO TRABALHO DE DESTAQUE

Destacamos algumas Procuradoras do Ministério Público do Trabalho em Goiás. Em uma sincera homenagem, queremos reconhecer e expressar nossa gratidão às Procuradoras do Trabalho. Essas mulheres notáveis desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos trabalhistas, lutando incansavelmente pela justiça e pela garantia de condições dignas de trabalho. Com coragem e determinação, elas têm sido vozes incansáveis em prol dos trabalhadores, garantindo a aplicação das leis trabalhistas e buscando a reparação de injustiças.

Agradecemos por seu compromisso em defender os direitos dos trabalhadores e por sua contribuição valiosa para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



Jane Araújo dos Santos
Procuradora do Trabalho
Aposentada



Cláudia Telho Corrêa Abreu
Procuradora Regional do Trabalho



Janilda Guimarães de Lima
Procuradora do Trabalho
Aposentada



Maria das Graças Prado Fleury
Procuradora do Trabalho



Cireni Batista Ribeiro
Procuradora do Trabalho



Suse Lane do Prado e Silva
Procuradora do Trabalho



Milena Cristina Costa
Procuradora do Trabalho



Arianne Castro de Araújo Miranda
Procuradora do Trabalho

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.”

(Simone de Beauvoir)

SERVIDORAS ATIVAS DE DESTAQUE DO TRT-18

Destacamos algumas Servidoras, reiterando que o desejo era que todas constassem na exposição, logo estendemos nossa gratidão e reconhecimento a todas as servidoras ativas no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, representadas por algumas aqui presentes. Essas mulheres dedicadas e talentosas desempenham um papel vital no funcionamento eficiente e no serviço de qualidade prestado pelo TRT. Sua atuação é fundamental para que a justiça seja entregue de forma célere e imparcial, contribuindo para a pacificação de conflitos e a garantia dos direitos trabalhistas.

Vocês são fundamentais para o sucesso do TRT-18!



Adnólia Pereira de Oliveira Aires



Adriane de Sousa Durães



Annelise Gomes de Matos Lemos



Ariony Chaves de Castro



Cássia Maria Sebba Kafuri



Célvora Marra Moreira Rodrigues de Oliveira



Cristianne Saboya Lima



Eleusa Marques



Elizete Maria dos Santos Carneiro



Fabiane Castro Lopes de Paula



Fabíola Mendes Villela



Gabriela Brito de Castro

SERVIDORAS ATIVAS DE DESTAQUE DO TRT-18

Destacamos algumas Servidoras, reiterando que o desejo era que todas constassem na exposição, logo estendemos nossa gratidão e reconhecimento a todas as servidoras ativas no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, representadas por algumas aqui presentes. Essas mulheres dedicadas e talentosas desempenham um papel vital no funcionamento eficiente e no serviço de qualidade prestado pelo TRT. Sua atuação é fundamental para que a justiça seja entregue de forma célere e imparcial, contribuindo para a pacificação de conflitos e a garantia dos direitos trabalhistas.

Vocês são fundamentais para o sucesso do TRT-18!



Geisa Azevedo Carlos Campelo



Isaura Pereira Bárbara



Lídia Barros Nercessian



Luciene Campioni Cardoso



Ludmilla Elias Limirio Silva



Luzinete Abud do Nascimento



Márcia Divina Bueno Rosa



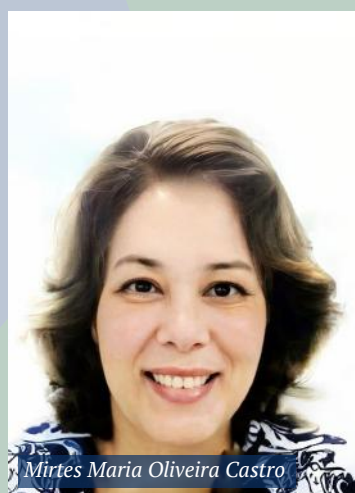
Maria do Carmo de Lima



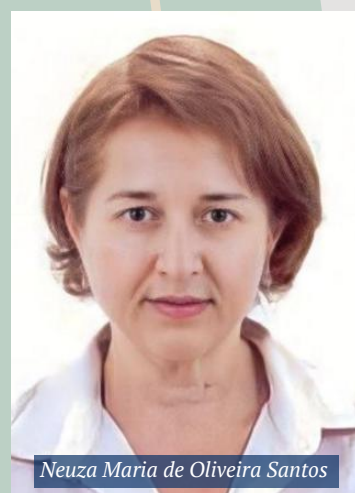
Maria Valdete Machado Teles



Mariana Ribeiro Pereira Machado



Mirtes Maria Oliveira Castro



Neuz Maria de Oliveira Santos

SERVIDORAS ATIVAS DE DESTAQUE DO TRT-18

Destacamos algumas Servidoras, reiterando que o desejo era que todas constassem na exposição, logo estendemos nossa gratidão e reconhecimento a todas as servidoras ativas no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, representadas por algumas aqui presentes. Essas mulheres dedicadas e talentosas desempenham um papel vital no funcionamento eficiente e no serviço de qualidade prestado pelo TRT. Sua atuação é fundamental para que a justiça seja entregue de forma célere e imparcial, contribuindo para a pacificação de conflitos e a garantia dos direitos trabalhistas.

Vocês são fundamentais para o sucesso do TRT-18!



Paula Lorena Ribeiro
Rezende



Raquel Vieira Rodrigues



Regina Célia de Araújo
Pereira



Renata Emídio dos Santos



Renata Ribeiro Borges Melo



Ricarda Alexandra
Antônia Teixeira



Rosângela de Fátima
Fagundes



Rejane Dias da Silva



Suelena Alves de Souza



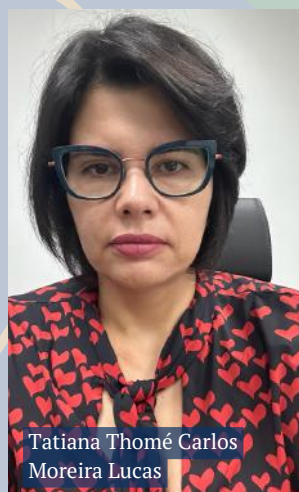
Taís de Neves e Sousa
Botazzo



Taíza de Ataíde Freitas



Thaís Artiaga Esteves Nunes



Tatiana Thomé Carlos
Moreira Lucas



Vânia Ivanyi de Lima
Passerini



Virgínia Lisbôa Santos e
Lisbôa

SERVIDORAS INATIVAS DE DESTAQUE DO TRT-18

Destacamos algumas Servidoras inativas, reiterando a representação para as que aqui não constam presentes mas ainda sim dedicaram uma parte significativa de suas vidas ao serviço público e ao Judiciário Trabalhista, contribuindo de forma inestimável para a busca pela justiça e para o funcionamento eficiente do Tribunal.

Ao longo de suas carreiras, essas servidoras foram exemplos de profissionalismo, comprometimento e competência. Com sua dedicação, desempenharam suas funções com excelência, ajudando a garantir a aplicação das leis trabalhistas e a proteção dos direitos dos trabalhadores.



Caren Backs (in memoriam)



Cáritas Pinto da Silva (in memoriam)



Iruena de Magalhães Prata



Ivonilde Ramos



Lenilda Iara



Maria Adélia da Silva Ribeiro



Maria Lúcia Fleury da Silva e Souza



Neyla Borges Santana



Rejane Ortiz



Ronair Proença



Sálua Morais Tum



Stael Cançado



Terezinha Dalva Amaral Kafuri (in memoriam)



Vera Lúcia Proença Maldonado (in memoriam)

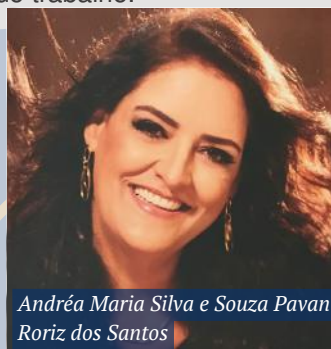
ADVOGADAS TRABALHISTAS DE DESTAQUE

Destacamos algumas Advogadas da área trabalhista em Goiás. A contribuição dessas advogadas de destaque vai além de suas conquistas profissionais. Elas também são defensoras dos direitos humanos e agentes de transformação social. Com sua atuação ética e comprometida, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Que esta homenagem sirva como um reconhecimento merecido a todas as advogadas da área trabalhista em Goiás. Seu trabalho árduo, inteligência e coragem merecem ser celebrados e valorizados. Obrigado por sua dedicação em buscar a justiça e promover a igualdade no mundo do trabalho.



Alberiza Rodrigues da Silva



Andréa Maria Silva e Souza Pavan Roriz dos Santos



Arlete Mesquita



Carla Franco Zanini



Carla Maria Santos Carneiro



Danielle Parreira Belo Brito



Eliane Ferreira Pedroza de Araújo Rocha



Eliane Oliveira de Platon Azevedo



Juliana Mendonça e Silva



Leizer Pereira Silva



Maria da Conceição Machado



Maria de Fátima Rabelo Jácomo



Maria Madalena Melo Martins Carvelo



Maria Tereza Caetano Lima Chaves



Teresa Aparecida Vieira Barros



Valéria Jaime Pelá Lopes Peixoto

Que nada nos defina, que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.



"Não basta existir, é preciso também pertencer."

(Clarice Lispector)



Da esquerda para direita: Desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque, Desembargadora aposentada Silene Aparecida Coelho, Desembargadora Rosa Nair Reis e Desembargadora Iara Teixeira Rios.



A servidora Elisa de Macedo (in memoriam) sendo homenageada no evento Mulheres de Destaque em 2013.

Esta exposição teve como objetivo, para além das datas comemorativas, demonstrar a luta das mulheres, principalmente no âmbito trabalhista. Para alcançar o intuito, recorremos às fontes históricas iconográficas e textuais. Assim, no decorrer da exposição, dispomos de dados que puderam demonstrar a trajetória das mulheres em busca dos seus direitos.

Além de destacar mulheres brilhantes no contexto judiciário goiano, ressaltamos alguns marcos históricos.

Dessarte, mostra-se perceptível que a luta é diária e constante, pois, a partir dos dados quantitativos, podemos visualizar que os cargos mais elevados ainda são ocupados, em sua maioria, por homens, reflexo histórico de uma construção social.

Como resultado, evidencia-se que a dinâmica organizacional, no que diz respeito à participação da mulher em posições de liderança, está em processo de mudança, uma vez que a competitividade entre as organizações de trabalho e uma nova cultura que emerge no universo profissional passaram a caracterizar como ilógica a restrição da ascensão feminina em sua hierarquia.

As novas configurações e organização da sociedade contribuem para a consolidação de uma situação mais favorável do que contrária à liderança feminina.



Evento Mulheres de Destaque - 2013

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região se orgulha de contar com grandes e excepcionais mulheres.

Com determinação, sempre se empenharam em suas ações. Essa força presente no Direito é essencial e precisa cada vez mais se perpetuar.

Nesse sentido, todos os anos ocorre no TRT-18 homenagens às mulheres que contribuem e ajudam a construir um Judiciário Trabalhista de excelência.

Focando os mais recentes podemos citar o evento que ocorreu em 2022, Mulheres Inspiradoras (anexo em imagens ao lado). Em 2023 ocorreu o Café com Mulheres, repleto de música, poesia, flores, interação e reflexões.



Evento Mulheres Inspiradoras - 2022

Durante séculos, coube à mulher apenas o domínio privado: cuidar da casa e dos filhos. A partir do século XX, ela entrou, com mais consistência, no mundo produtivo, reivindicando espaços no domínio público.

Fenômenos culturais parecem ter, historicamente, conduzido a mulher à posição de ser liderada, o que constitui um dos fatores que contribuíram e contribuem para a restrição ao acesso e, ao mesmo tempo, agregam dificuldades quanto à sua participação na liderança e/ou na administração de organizações de trabalho. Porém, mesmo o fator cultural é passível de transformação no que diz respeito às relações seculares entre mulheres e trabalho.

Neste sentido, é pertinente destacar que somente promover o acesso de mulheres a cargos de liderança e decisão, se não articulado à “reconstrução, resistência e partilha de experiências por parte das mulheres, apenas aumenta o número no ‘clube’, mas não altera a ordem estabelecida e, por isso, não possibilita uma transformação social (NOGUEIRA, 2006, p. 71).

Logo, a proposta feminina: não a de tomar o poder exclusivamente em suas mãos, na forma autoritária e opressora, antes, sim, no sentido de renovação desse conceito, em que o poder é compartilhado e democrático. Por fim, ainda que de maneira sistemática as mulheres sejam colocadas à distância dos sistemas de promoção, usar todo o talento à disposição das organizações, além de resposta à necessária competitividade, representa visão de sucesso, pois resultados positivos transcendem diversos aspectos.

Sem perder de vista que a nova realidade que se apresenta ao universo feminino e consoante às crescentes exigências organizacionais e de mercado, a elevação da participação feminina nos mais diversos setores e uma nova proposta de liderança, que entende como ilógica a segregação da mulher dos cargos diretivos, são razões que contribuem para um aumento das oportunidades às executivas mulheres.

Decorre disto que as especificidades da liderança feminina passam por oportunas discussões e começam (timidamente) a produzir resultados.



Café com Mulheres - 2023



"Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou. Ensinou a amar a vida e não desistir da luta, recomeçar na derrota, a renunciar palavras e pensamentos negativos. Acreditar nos valores humanos e ser otimista."

(CORA CORALINA)



Cora Coralina, pseudônimo de Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (Cidade de Goiás, 20 de agosto de 1889 — Goiânia, 10 de abril de 1985), foi uma poetisa e contista brasileira. Considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras, ela teve seu primeiro livro publicado em junho de 1965 (Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais), quando já tinha quase 76 anos de idade, apesar de escrever seus versos desde a adolescência. Mulher simples, doceira de profissão, tendo vivido longe dos grandes centros urbanos, alheia a modismos literários, produziu uma obra poética rica em motivos do cotidiano do interior brasileiro, em particular dos becos e ruas históricas de Goiás.

REFERÊNCIAS

- KANAN, L. A. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. *Organizações & Sociedade*, v. 17, n. 53, p. 243–257, jun. 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1999.
- NOGUEIRA, M. C. O. C. Os discursos das mulheres em posições de poder. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006.
- JUREMA, S. B. Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 207–212, 2001.
- SEGNINI, L. R. P. Sobre a identidade do poder nas relações de trabalho. In: FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. (Coords.). *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 89-112
- STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, jul./set., 1997
- ADRIÃO, K. G.; BECKER, S. Algumas reflexões sobre produção da categoria de gênero em contextos como o movimento feminista e o poder judiciário. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 16, n. 2, p. 273–292, 2006.
- ASSIER-ANDRIEU, Louis. *O direito nas sociedades humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



FICHA TÉCNICA

Desembargador Geraldo Rodrigues do Nascimento
Presidente do TRT-18

Desembargador Eugênio José Cesário Rosa
Vice-Presidente e Corregedor Regional do TRT-18

Desembargador Elvecio Moura dos Santos
Coordenador do Comitê de Documentação e Memória

Juíza Fabíola Evangelista Martins
Vice-Coordenadora do Comitê de Documentação e Memória

Álvaro Celso Bonfim Resende
Diretor Geral

Humberto Magalhães Ayres
Secretário-Geral da Presidência

Anderson Abreu de Macedo
Diretor da Coordenadoria de Documentação

Ariony Chaves de Castro
Chefe de Seção da Gestão de Memória

Ana Clara Alves Ramos
Estagiária de História - Colaboradora

Realização
Centro de Memória Juiz Paulo Fleury Silva e Souza

